



1

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 21/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2019

(Contém 14 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 21/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2019**

Aos dezoito do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência do Exmo. Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Fernando Jorge Ventura Moniz, Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceram à reunião a Senhora Presidente da Câmara, Cristina de Fátima Silva Calisto e a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

O Senhor Vice-Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 4 de outubro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e será assinada pela Senhora Presidente da Câmara e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara que não compareceram nesta reunião a Senhora Presidente da Câmara e a Senhor Vereadora Albertina Oliveira, por se encontrarem a acompanhar a visita de um grupo de idosos da Lagoa a Fátima, e justificou as referidas faltas de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que lhe foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

ATO ELEITORAL PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Senhor Vereador Roberto Oliveira fez referência ao ato eleitoral que ocorreu no passado dia 6 de outubro de 2019, frisando que é de realçar que o mesmo decorreu dentro da normalidade e sem quaisquer incidentes no Concelho da Lagoa. Lamentou a grande abstenção que se verificou, principalmente na freguesia de Água de Pau, que ficou muito acima da média regional e nacional. Expôs que seria bom que as pessoas se consciencializassem que têm de votar e compete-lhes, enquanto vereadores, alertar e sensibilizar as pessoas para esse facto, explicar-lhes que têm e devem participar para terem uma voz ativa.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que concordava com o exposto pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira, pois votar é um direito que foi muito difícil de alcançar e é de extrema relevância a participação da população e, apesar de se ter registado um aumento do voto antecipado e em mobilidade, ainda não é suficiente, por isso seria importante, na sua opinião, adotar o voto eletrónico.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado frisou que quanto mais distante é o poder a eleger menor é a participação da população. Considera que votar é dar um voto de confiança e por isso também se entende o porquê das pessoas não votarem. Votar é um direito que lhes assiste e a participação vai aumentando quanto mais próxima é o poder e quem os representa. Entende que as pessoas não querem passar um "cheque em branco" aos políticos, isso explica a baixa participação da população na eleição para o Parlamento Europeu, porque na maioria das vezes, não conhecem os candidatos e mesmo depois de eleitos, vão para Bruxelas trabalhar, e continuam a não ser conhecidos.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que tinha uma opinião um pouco diferente da do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, entende que votar para além de ser um direito conquistado é também um dever de todos enquanto cidadãos. O descontentamento com as



políticas e com os políticos pode ser demonstrado através do voto em branco e não abdicando de ir votar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado entende que o cidadão ao se abster de ir votar está a ter um gesto de simpatia porque ao ir votar em branco ou nulo está a passar uma mensagem muito má. Obrigar a votar pode ser muito perigoso porque as pessoas ao se sentirem obrigadas podem dar o voto aos partidos da minoria.

QUALIDADE DA ÁGUA

O Senhor Vereador Roberto Oliveira quis deixar um elogio à excelente qualidade da água que abastece o concelho de Lagoa, referindo que a água da Lagoa está ao nível das melhores águas que possuímos, fazendo uma comparação com a água das Lombadas, reforçando que a água da torneira deve ser consumida em vez de se consumir água engarrafada, tendo obtido a concordância de todo o executivo presente na reunião.

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E ZONA ENVOLVENTE

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informação quanto ao ponto de situação do processo de requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário e zonas envolventes, pois ao que julga saber o projeto foi adjudicado há mais de um ano ao Arqt. Gomes de Menezes.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que o projeto existe e está concluído, e que se os Senhores Vereadores tiverem curiosidade poderão consultá-lo, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado manifestado o seu interesse.

Acrescentou o Senhor Vice-Presidente que o projeto foi alvo de uma candidatura ao PO2020. Explicou que não se trata de uma intervenção muito significativa nem radical, mas de uma melhoria significativa ao nível do piso e das zonas de estar que irão permitir um maior conforto, referindo que haverá algumas “nuances” ao nível do palco, julgando que o projeto vem ao encontro daquilo que a população pedia.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o piso da Rua 25 de Abril irá manter-se em paralelos, tendo obtido resposta afirmativa da parte do Senhor Vice-Presidente, perguntando de seguida se o troço da Rua 25 de Abril estava contemplado naquele projeto tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que o troço da Rua 25 de Abril não estava incluído, devido, por um lado, à indefinição sobre se deveria avançar-se para a pavimentação ou manter a calçada tradicional e, por outro lado, pelo facto da própria intervenção na Praça poder obrigar a intervir nalgumas vias.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se também se previa a repavimentação das ruas Agente Técnico João Mota Amaral e Padre Mariano Furtado Mendonça, ao que o Senhor Vice-Presidente respondeu que no imediato aquelas vias vão manter-se tal como estão.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que o projeto será disponibilizado aos Senhores Vereadores da Oposição.

AUDITÓRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA – ÁGUA DE PAU

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou quando terão início as obras do Auditório Ferreira da Silva e se a Câmara já pensou numa solução para aquele espaço que vá ao encontro do anseio da população, tendo o Senhor Vereador Roberto Oliveira referido que esta obra dependia do empréstimo e que está inscrita no Plano e Orçamento para o próximo ano.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado esclareceu que a sua questão era no sentido de saber se já havia uma solução mais consensual para o fim a dar àquele espaço visto que o empréstimo já está aprovado.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara confirmou que aquela obra estava inscrita no Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2020.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se vão ser adotadas as sugestões da Assembleia de Freguesia de Água de Pau, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que, na próxima reunião, a Senhora Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora responsável pela área da Cultura poderão dar mais informações sobre esse assunto e que, naturalmente, que há todo o interesse em devolver aquele equipamento para uso da população e enriquecimento da Vila de Água de Pau.

EVENTUAL AQUISIÇÃO DO BAIRRO DA ESPERANÇA - ROSÁRIO

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que ouviu falar que a Câmara Municipal tinha intenção de adquirir o Bairro da Esperança, mais conhecido como "Bairro da Cecília Gavela" com o intuito de o demolir e fazer uma ligação entre a Rua do Vigário e a Relvinha.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que desconhecia essa situação, que esse assunto nunca foi falado nas reuniões de Gabinete, mas que a ideia não era de todo descabida.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que o Bairro está praticamente desabitado e da parte da proprietária não há intenção de o reabilitar e, pelo facto da ideia não ser descabida, pensou que pudesse ser verdade, até porque não era a primeira vez que tomava conhecimento dos assuntos por fora.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara comentou que achou a ideia interessante e levará o assunto à Senhora Presidente, entende que poderia vir a ser uma obra estruturante e por isso merece uma cuidada reflexão.

LOTES DO TECNOPARQUE PARA COMERCIALIZAÇÃO

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que já tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal a possibilidade de venda de alguns dos lotes do Tecnoparque e perguntou se já estavam em fase de operacionalização.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que foi comunicado às Portas da Lagoa que foi aprovada a comercialização daqueles lotes e sabe que houve interesse por parte de algumas imobiliárias em comercializar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se o Senhor Vice-Presidente sabia o valor que estava em causa, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que não sabia precisar, esclarecendo que as Portas da Lagoa é que irão definir o valor de venda dos referidos lotes e que não compete à Câmara Municipal interferir no negócio.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado salientou que o valor a cobrar na venda daqueles lotes, considerando o valor que a Câmara Municipal paga de renda, não poderá ser muito elevado, comentando ainda que a Câmara deverá mostrar ao proprietário o seu interesse em se libertar daqueles encargos de arrendamento.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara voltou a referir que é um valor que será decidido pelas Portas da Lagoa, mas julga que não será inferior a 160 mil euros por lote.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que se a Câmara Municipal vai pagar 130 mil euros, colocar à venda por 200 mil euros não é correto.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu novamente que estavam a falar de um processo interno das Portas da Lagoa e ele não pode e, mau seria, se a autarquia interferisse na decisão do valor a comercializar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado frisou que se as Portas da Lagoa venderam um terreno com mais de 13.000m² por um valor relativamente baixo, não faz sentido sobrevalorizar o valor dos outros lotes.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado qual era a sua preocupação, tendo obtido como resposta que a sua preocupação se prendia com a possibilidade da venda ser tão “espremida” que depois não se concretize o negócio.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara expôs que a Câmara Municipal de Lagoa no final do contrato de arrendamento terá pago próximo de 130 mil euros pelo uso de cada um desses lotes, tendo as Portas da Lagoa a propriedade a qual possui um valor, daí que considere que as

contas não possam ser tidas da forma como o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou, dado que falamos de um valor de utilização ao qual temos de considerar o valor residual da propriedade do lote. Naturalmente que é do interesse das Portas da Lagoa comercializar estes lotes por um valor que garanta os seus compromissos e que esteja enquadrado nos valores de mercado, sublinhando que se tratam de lotes para construção já com infraestruturas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que, no seu entender, tudo o que for acima dos 160 mil euros é descabido, porque são lotes para construção de habitação e não se pode vendê-los acima desse valor.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara ficou de informar aos senhores vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, o valor de venda dos lotes assim que soubesse.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

- Confraternização e Aprendizagem no 1.º Lagoa Futsal Cup;
- Atletas do Centro Karate de Lagoa Apurados para o Nacional;
- Cristina Calisto recebeu Grupo de Dartmouth no Edifício dos Paços do Concelho;
- Câmara Municipal de Lagoa assinalou Dia Mundial do Combate à Obesidade;
- Ribeira Chã acolheu 13.ª Noite de Fados;
- Projeto de Mobilidade Sustentável anunciado aquando do Lançamento da 1ª Pedra do Passeio Marítimo da Cidade de Lagoa;
- Câmara Municipal de Lagoa organizou segunda Viagem a Fátima com Seniores.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou esclarecimentos quanto ao projeto de Mobilidade Sustentável que a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou aquando do lançamento da Primeira Pedra do Passeio Marítimo de Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que se tratava de um projeto de mobilidade interna na malha urbana e acrescentou que não se tratava de uma ideia completamente nova pois há cerca de um ano atrás, o presidente do Nelag fazia referência aos problemas de circulação dentro da malha urbana e alertava para necessidade de uma solução

municipal de transporte coletivo urbano para os cidadãos poderem circular e chegar com maior facilidade e comodidade ao comércio. Passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos para fazer uma explicação mais pormenorizada sobre o projeto.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que o projeto tinha por base aquilo que o Senhor Vice-Presidente acabou de dizer, acrescentando que a Câmara Municipal está a trabalhar numa candidatura ao PO2020, na linha da resolução de um problema que não se cinge à falta de estacionamento mas sim ao nível de mobilidade dentro da malha urbana, que passará pela criação de alternativas de circulação e mobilidade através de restrições à ocupação do espaço público pelos veículos de combustão, privilegiando modos suaves de transporte e uma alternativa de mobilidade urbana através de um circuito municipal de transporte público com viaturas elétricas que una as zonas de estacionamento aos serviços e equipamentos municipais.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se as candidaturas ao PO2020 não tinham a data limite de entrega até ao final de 2020, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos respondido que o eixo ao qual estão a candidatar o projeto de mobilidade sustentável termina este ano, daí a necessidade de apresentar a candidatura o mais breve possível.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se estavam a falar de um circuito municipal de transporte público.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu afirmativamente, referindo que o serviço de transporte público municipal se insere nas competências da Câmara Municipal e que a implementação desse sistema terá um custo de cerca de 1,5 milhão de euros.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira frisou que estavam a falar de um serviço muito caro para ter uns mini bus a circular pelo concelho a transportar pessoas, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos concordado que aparentemente o serviço é caro mas entende-o necessário, reforçou que estão no caminho certo e correto, da retirada das viaturas do centro urbano, utopicamente está a ser devolvido o espaço às pessoas e este serviço tem de ser fiável. As pessoas passam a poder deixar as suas viaturas na periferia e passam a dispor de uma alternativa de transporte. Relembrou que havia sido estudada a possibilidade de colocação de parquímetros e foi entendido que não era a solução no imediato sem a criação de alternativas. Esta solução potenciará um ambiente urbano mais saudável, trará certamente mais movimento à malha urbana do concelho, através de uma alternativa viável de mobilidade indexada à criação de bolsas de estacionamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que para isso será necessário um parque de estacionamento de dimensão considerável ao que o Vereador Nelson Santos respondeu que não necessariamente nesta fase pois os parques de estacionamento existem, não estão é onde as pessoas querem estacionar, pois preferem locais sempre próximos dos seus locais de trabalho ou destino.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que certamente que o imóvel da Rua António Moniz Barreto, adquirido recentemente, no qual será construído um parque de estacionamento fará parte desse circuito. No entanto, na sua opinião, um projeto dessa envergadura obriga a ter um espaço muito maior pois haverá a necessidade de ter um parque de estacionamento com uma grande capacidade. Sugeriu que se encontrasse um terreno na periferia do concelho, que fosse visível da via rápida, podendo ser um elemento cativador e que promovesse a ideia pois considera que um parque de estacionamento amplo iria potenciar o sucesso da ideia.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se esse projeto estava incluído no Plano e Orçamento para 2020, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos informado que não estava.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira manifestou a sua surpresa com o facto desse projeto ter sido anunciado quando nem sequer estava previsto no Plano e Orçamento para o próximo ano. Entende que foi uma precipitação avançar com aquela notícia, referindo que houve claramente um aproveitamento político. Referiu que Senhora Presidente “esticou-se” ao anunciar uma obra que nem está no Plano para o próximo ano.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que se optou por divulgar a intenção deste projeto aquando do lançamento da Primeira Pedra de uma grande Obra como é o Passeio Marítimo de Lagoa e por ser também um projeto que se enquadra na mesma linha. Acrescentou ainda, que sendo aquela uma obra tão emblemática para a Lagoa, deviam ter estado lá os Senhores Vereadores da Oposição.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado frisou que não esteve presente no lançamento da Primeira Pedra do Passeio Marítimo de Lagoa por duas razões: a primeira porque não é funcionário a tempo inteiro da Autarquia, trabalha para sustentar a sua família e tinha compromissos profissionais, e o outro motivo prende-se com o facto de atempadamente se ter pronunciado sobre o projeto, referindo que há 500 metros onde não podem circular viaturas de segurança e emergência. Expôs que sempre disse que era um projeto “manco” e que está incompleto. Ao não permitir a circulação de viaturas de segurança e emergência considera que será propício à prática de vandalismo e toxicodependências, pois se nas vias onde circulam essas viaturas ocorrem essas práticas, imagine-se então naqueles 500 metros não vigiados.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que não esteve presente no lançamento da primeira pedra por razões unicamente profissionais, referindo que também quando vão às cerimónias ou eventos, parece que não são desejados.

Salientou que costuma comparecer no Festival de Cantorias ao Desafio, Festival da Malassada, Caloura Blues, entre outros, e o fotógrafo que está ao serviço da Câmara, fotografa as pessoas que estão ao seu redor e não tira fotografias aos Vereadores da Oposição.

Destacou que foi o único Vereador presente no Concerto de Outono do Orfeão Nossa Senhora do Rosário e Banda Militar dos Açores, que ocorreu na passada quarta-feira na Igreja

de Nossa Senhora do Rosário e que se sentou entre o público, quando podia ter ido sentar-se junto do Senhor Vice-Presidente na primeira fila, e que uma vez mais, o fotógrafo não o identificou como Vereador da Câmara Municipal.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara garantiu que da parte da Câmara Municipal não há orientações nesse sentido, tendo o Senhor Vereador Roberto Oliveira dito que se não há orientações nesse sentido, então que se repreenda o fotógrafo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o Senhor Vice-Presidente estava a falar do que não sabia, há as simpatias no momento e depois o contraponto, parece que não estiveram lá e até há fotografias cortadas, essa também foi uma das razões pela qual deixou de comparecer nas cerimónias ou eventos.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que tem muito respeito pelos Senhores Vereadores da Oposição e pelas suas opiniões, certamente vai chamar a atenção a quem de direito, referindo que, pessoalmente, não anda atento a esse tipo de questões mas que o desagrada saber dessa situação, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado concordado que se deva chamar a atenção para essas situações.

Relativamente à obra do Passeio Marítimo de Lagoa, há de facto, algumas divergências de opiniões, pois entendem que é uma obra importante e estruturante para o Concelho, que irá permitir uma coesão territorial da Cidade. A via ciclável ao passar naquela zona vai promover a integração dos bairros sociais que ali existem. Vai permitir o acesso dos lagoenses a uma orla costeira lindíssima, será uma forma de valorização paisagística, irá permitir que a população use mais os espaços do Concelho e servirá também para a promoção de bons hábitos de vida. Tem a perspetiva que este troço tem a capacidade para, no futuro, fazer uma ligação a Ponta Delgada e este projeto ganhar uma dimensão diferente ao permitir que mais pessoas possam visitar a Lagoa e que se possa caminhar desde a Lagoa até Ponta Delgada, desfrutando de uma orla costeira magnífica de forma sustentável e saudável.

Reconheceu que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado tem levantado algumas questões, apontando nomeadamente o vandalismo e as práticas de toxicodependências na parte do troço sem acesso a veículos de emergência e segurança e salientou que também tendo em consideração o impacto ambiental houve prudência para que a largura da via fosse menor, frisando que por essa ótica também não poderiam ter trilhos, por isso não considera que isso seja um fator muito determinante nem limitante.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deu o exemplo da Avenida do Mar, que apesar de ser uma via transitável, tem problemas de lixo e trânsito e por estar próxima do centro urbano, as pessoas vão dando má uso ao espaço e não podemos esquecer que naquele troço não há bairros sociais.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara expôs que existem vários projetos do género no continente sem acesso a viaturas, importa sim criar mecanismos e planos de segurança.

Salientou que até o OVGA vai ser valorizado. Disse que junto das autoridades de segurança terá de se arranjar formas para uma vigilância naquela zona. Realçou que o vandalismo não pode limitar a liberdade dos cidadãos e que eles, enquanto Vereadores, com responsabilidades, não podem permitir isso e deixar de fazer nesse pressuposto. Deve-se acautelar, mas não deixar de o fazer.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que sempre fez parte da sua visão a valorização da orla costeira da Lagoa, tanto mais, que fez parte do seu programa eleitoral e também é de opinião que têm a obrigação de preservar e valorizar, mas também tem os seus receios.

A Câmara tomou conhecimento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu para ausentar-se da reunião, não tendo participado na votação do ponto n.º 2.

PONTO N.º 2 – VOTO DE LOUVOR – PAULO JOSÉ NUNES ALVES GORDO

Foi presente a proposta da Senhora Presidente da Câmara para atribuição de um Voto de Louvor a Paulo José Nunes Alves Gordo, que abaixo se transcreve:

“Paulo José Nunes Alves Gordo foi maestro da Sociedade Filarmónica Estrela d’Alva durante 13 anos, função que terminou em outubro de 2019.

Considerando que, ao longo do seu percurso como maestro na Sociedade Filarmónica Estrela d’ Alva foi exemplo de integridade, dedicação, compromisso e rigor, demonstrando sempre um grande relacionamento interpessoal com todos os músicos, onde a amizade foi a sua imagem de marca;

Considerando o seu elevado empenho profissional, desempenhado com grande esmero, dedicação e disponibilidade;

Considerando a sua forma de ser simples e humilde, assumindo-se perante os músicos como uma figura carismática, sendo reconhecido por todos pelo seu profissionalismo e trato atencioso, e amigável;

Considerando o sucesso que a Filarmónica Estrela d’ Alva alcançou sob a sua batuta, obtendo um desempenho musical e artístico de exímia qualidade, que despertou nos músicos mais novos o gosto pela música;

Proponho a atribuição de um Voto de Louvor a **Paulo José Nunes Alves Gordo**, o qual depois de aprovado deverá ser dado conhecimento ao mesmo, como reconhecimento pela sua competência, profissionalismo e contributo, ao serviço da formação musical, durante os 13 anos em que esteve ao serviço da Sociedade Filarmónica Estrela d’ Alva e do concelho de Lagoa.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Atribuir um Voto de Louvor a Paulo José Nunes Alves Gordo;
- 2.º Dar conhecimento deste Voto de Louvor ao Senhor Paulo José Nunes Alves Gordo e à Sociedade Filarmónica Estrela D'Alva;
- 3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 3 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA O EVENTO DESPORTIVO “EPIC TRAIL RUN AZORES 2019” PROMOVIDO PELO CATT – CLUBE AÇORIANO DE TODO O TERRENO E TURISMO:

Pelo CATT – Clube Açoriano de Todo o Terreno e Turismo foi presente a candidatura com o pedido de apoio para a realização da 5ª Edição do EPIC Trail Run Azores, que ocorrerá entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2019.

Pelo Senhor Vereador Nelson Santos foi exarado o seguinte despacho:

“Concordo com o parecer do Gabinete de Desporto. Proponho a atribuição de apoio através da assunção direta de encargos perante terceiros, conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, até 2.500,00 €, sendo a natureza das despesas a financiar aquelas referidas no formulário de candidatura e parecer técnico e o controlo da aplicação das verbas atribuídas efetuado pelo Gabinete de Desporto”.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Aprovar a atribuição do apoio para o evento desportivo 5ª Edição do EPIC Trail Run Azores, que decorrerá 5 e 8 de dezembro de 2019, através da assunção de encargos perante terceiros, até ao valor máximo de 2.500,00 €, conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais;
- 2.º Encarregar o Gabinete de Desporto de proceder ao controlo efetivo da aplicação da atribuição do apoio para o referido evento desportivo;
- 3.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao CATT – Clube Açoriano de Todo o Terreno e Turismo.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS

PONTO N.º 4 – PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÕES FISCAIS DE EMPARCELAMENTO

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Judith Amaral Tavares Barbosa, residente na Estrada Regional – Amoreirinha, n.º 40, freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa, solicitando nos termos do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, parecer com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento simples na freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho.

Pelo Gabinete Técnico desta Câmara Municipal foi prestada a informação número 13/2019 que abaixo se transcreve:

“No seguimento do requerimento apresentado pelo Sra. Judith Amaral Tavares Barbosa, relativo ao pedido de emparcelamento rural e isenção fiscal para o mesmo, ao abrigo do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, na sua atual redação, somos a informar que o mesmo contribuirá para melhorar a estrutura fundiária local.

Assim, poderá o emparcelamento estar isento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto de Selo, ao abrigo da alínea a) n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento simples, conforme requerido por Judith Amaral Tavares Barbosa, nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.

PONTO N.º 5 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESANEXAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por José Norberto Almeida Vieira, residente na Malaca de Baixo, n.º 16, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, na qualidade de proprietário de um prédio urbano, sito na Rua do Meio, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com a área de 180,70 m² com as seguintes confrontações: Norte – requerente, Sul - Rua do Meio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 602/19891207/Santa Cruz e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 408, solicitando certidão de desanexação do referido prédio, de uma parcela de terreno com a área de 14,85 m², que ficará a confrontar a Norte – Rua de Cima, n.º 98 e Sul - requerente.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 213/2019-HM, de 14 de outubro de 2019, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

Não vemos inconveniente na emissão de certidão de desanexação de parcela com a área de 14,85 m2 do prédio sito à Rua do Meio, n.º 15, para anexação ao prédio sito à Rua de Cima, n.º 98, ambos da freguesia de Santa Cruz, conforme é requerido.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:

PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 17 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 855.863,30 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e sessenta e três euros e trinta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:30 horas, foi pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu *Sandra Madalena Bernardo*, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal, a redigi e assino.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA